

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA
BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE
BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 31

ABRIL, 20, 1966
ANO DO CENTENÁRIO

O PERFIL DE UMA SITUAÇÃO INTERÉTNICA

— OS MAKUXÍ E OS REGIONAIS DO RORAIMA —

EDSON SOARES DINIZ (*)
Museu Goeldi

INTRODUÇÃO

Nesta nota prévia serão apresentados alguns aspectos do convívio sistemático entre os regionais e os índios Makuxí do Território Federal de Roraima. Procurar-se-á fazer uma caracterização geral da interação entre a sociedade tribal e a brasileira, tendo em vista o processo de integração do grupo indígena num dos segmentos desta. Será considerado o embate intersocietário, pelo qual a estrutura social da tribo recebeu e continua recebendo, com maior ou menor impositividade, os reflexos do impacto, notadamente em sua esfera econômica. Com a chegada da frente pioneira nacional, de caráter pastoril, sua economia que era caracteristicamente de autoconsumo e de escambo intertribal (1) passou a ser mercantil, monetária ou não. A partir da segunda metade do século XVIII (2) o contato interétnico tornou-se sempre crescente. Contudo, o aumento desse convívio foi gradativo até a parte final do século seguinte,

(*) — Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

(1) — Cf. Farabee, 1924 : 21; Métraux, 1948 : 861; Koch-Grünberg und Hubner, 1908 : 3-4.

(2) — De acordo com Koch-Grünberg (1923, III) os Makuxí entraram em contato com os europeus no final do século XVIII, *apud* Myers, 1944 : 70. Coudreau (1887 : 400) acrescenta que na época de sua viagem ao rio Branco, 1884-85, os Makuxí eram arredios ao contato sistemático.

ficando mais estreito nos dias atuais, com a natural expansão da sociedade nacional. Porém, devido ao relativo isolamento em que se manteve e, também, dada a rarefação demográfica da área, o grupo tribal pôde conservar uma apreciável estabilidade sócio-cultural.

Na área riobranquense a atividade pastoril encontrou ambiente propício, e acabou se tornando a economia dominante. Foi através da progressiva ocupação dos campos, próprios para o pastoreio, que houve um maior entrelaçamento das relações interétnicas. Essa interação entre índios e não-índios, porém, nunca foi e nem é homogênea, apresentando-se num *continuum* aldeias, fazendas e “retiros” pastoris, povoados e cidade. Pode-se dizer que o convívio dos Makuxí com a população regional é feito por meio de vizinhança próxima ou distante, de relações de trabalho e de comércio, de religiosos, de passantes e de ocasionais “marreteiros” (vendedores ambulantes).

Atualmente os Makuxí começam, como um todo, a participar da economia nacional, especificamente através do sistema monetário. Sua instalação na sociedade brasileira regional, do ponto de vista econômico-social, está se fundamentando na venda de sua força de trabalho, em atividades puramente braçais. A agricultura de subsistência, todavia, continua sendo a principal ocupação da tribo. Os rapazes, via de regra, durante a época da seca (verão), dedicam-se à garimpagem de diamante. Neste caso trabalham em associação com um ou mais companheiros, um dos quais, em geral, é o proprietário do “terno”, isto é, um jogo de três peneiras de arame, próprias para a lavagem do cascalho diamantífero. Algumas vezes, entretanto, engajam-se a um patrão. Os Makuxí também se ocupam, embora em reduzida escala, do criatório bovino, suíno, etc.

* * *

O material aqui apresentado é resultado parcial de pesquisa exploratória, como início de um Projeto de Estudo. Seu objetivo precípuo é patentear a instalação de um grupo tribal numa

economia mercantil, após um longo contato, não do ponto de vista essencialmente econômico, mas do sociológico (Diniz, 1964).

Foi percorrida parte da área ocupada pelos Makuxí em terras brasileiras, num período de cerca de dois meses (fevereiro-abril de 1964). O curto espaço de tempo disponível apenas permitiu a observação de oito grupos-locais. Três deles têm íntima ligação com o povoado "vila" Surumu (3), à margem esquerda do rio do mesmo nome, a saber: São Jorge, Enseada e Barro, este último fazendo parte do povoado. O quarto, a aldeia de Contão, à margem direita do rio Cotingo, também fica nas proximidades da "vila", daí distando cerca de vinte e oito quilômetros. Os outros aldeamentos visitados foram Limão, na confluência dos rios Surumu e Cotingo; Vista Alegre, à margem esquerda do rio Uraricuera, nas vizinhanças da sede da fazenda nacional de São Marcos (4); finalmente, Rapôsa e Chumina, ambos próximos ao riacho deste último nome, afluente direito do rio Tacutu. A maior permanência foi na aldeia de Contão, durante quinze dias e a menor foi em Chumina, apenas um dia. O aldeamento menos populoso encontrado foi Enseada com apenas vinte e três pessoas; o mais povoado, Contão, com trezentos e dois indivíduos (5).

Na cidade de Boa Vista, capital do Território e o centro urbano da área riobranquense, foram efetuadas visitas às casas

- (3) — O povoado "vila" Surumu tem uma população de 154 habitantes. É um Pôsto do governo territorial. Aí há 3 lojas de artigos gerais, 1 colégio misto que funciona na missão Consolata, 1 pensão, 1 olaria, 3 jipes e 1 pequeno motor de luz. Há 1 administrador ou delegado, 2 guardas, 1 telegrafista e 1 motorista pago pelo governo. O fazendeiro E. M., um dos moradores do povoado, é quem manda de fato.
- (4) — Aí reside o Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, encarregado da "Ajudância" de São Marcos. Essa fazenda que além da sede tem 5 retiros, possuía em 1964 cerca de 3.000 cabeças de gado bovino, assim distribuído: São Marcos (sede), 500; Chiriri, 800; Teiú, 500; Chiquiba, 500; Milho, 400; Pau Rainha, 300.
- (5) — A população das oito aldeias visitadas somava 819 pessoas, assim distribuída: — Contão — 302; Rapôsa — 187; Vista Alegre — 107; Chumina — 80(?); São Jorge — 73; Barro — 47; e Enseada — 23. Graças às entrevistas com elementos de vários aldeamentos foi possível mapear provisoriamente os grupos-locais e calcular a população total.

de índios Makuxí e Wapitxâna, além de contatos de rua com elementos dessas duas etnias. Em "vila" Surumu foi possível entrevistar indivíduos de vários aldeamentos, tais como Tachi, Arai, Curicaca, além de pessoas dos seis primeiros referidos e outras que são agregadas de fazendas. Essa reunião foi devida aos festejos do padroeiro local, fato que se repete todos os anos, no mês de março. Também várias fazendas e "retiros" foram percorridos e, embora de passagem, averiguaram-se assuntos relacionados com a problemática da pesquisa.

Ao concluir esta parte introdutória, deve-se ressaltar que as informações aqui contidas, embora passíveis de generalização, têm validade unicamente para os elementos registrados.

A ÁREA RIOBRANQUENSE

A fim de que se tenha uma idéia geral da estrutura econômico-social do segmento da sociedade nacional que interage com os Makuxí, será apresentada uma súmula dos aspectos da área riobranquense que se relacionam, mais de perto, com a questão. Primeiramente situemo-la. Localiza-se no extremo norte do Brasil, fazendo fronteira com a Venezuela e com a Guiana Inglesa. Sua extensão é de 230.104 km², possuindo três zonas ecológicas distintas: o baixo rio Branco (floresta amazônica), o alto rio Branco (campos e cerrados) e as montanhas. Está compreendida entre os paralelos 5°16'19" N e 1°27'00" S e os meridianos 58°58'30" E e 64°39'30" W. A sua principal artéria fluvial é o rio Branco. Como seus afluentes destacam-se o Catrimani, o Uraricuera, o Surumu-Cotingo, o Tacutu e o Maú ou Ireng, estes dois últimos servindo de marco fronteiro com a Guiana Inglesa. Na bacia riobranquense o regime hidrográfico caracteriza-se por um período de cheia que começa em março e se estende até setembro e, um de seca, que vai de outubro a fevereiro. A altitude média das terras roraimenses é de duzentos metros (6).

(6) — Para maiores detalhes cf. Guerra, 1957.

No início das penetrações de reconhecimento da área, que se estendem do final do século XVII até ao primeiro quartel da segunda metade do século seguinte, não havia nenhuma motivação econômica que incentivasse a sua exploração. A primeira tentativa de fixação do homem foi de caráter militar, com a fundação em 1775 do Forte de São Joaquim. Esta fortificação foi construída na confluência dos rios Uraricuera e Tacutu e visava evitar as incursões espanholas e holandesas, freqüentes na época. Mas, o fato que se constituiu no verdadeiro elo de fixação humana foi a pecuária. Também esta ocorrência coube à iniciativa governamental (7). Mesmo assim, essa ocupação foi lenta. No último quartel do século XIX, como nos revela Coudreau (1887 : 407), apenas na margem direita do rio Branco e no Uraricuera havia fazendas de gado. No Tacutu e na margem esquerda do rio Branco situavam-se somente quatro fazendas das trinta e duas existentes. Apesar disso, a economia pastoril chegou a dominar totalmente os interesses, constituindo-se na única atividade para a população não-índia. Ainda de acordo com os depoimentos de Coudreau (*idem* : 411) em fins do século XIX nenhum produto florestal era explorado. Nesse mesmo período, segundo informa Suckow (1891 : 278) os "índios domesticados" entre os quais refere os Makuxí, os Wapitxâna e os Pauxiâna, incumbiam-se de fornecer farinha, etc., para a reduzida população de "civilizados" que se dedicavam somente ao pastoreio.

* * *

A população de Roraima é escassa, nem mesmo a sua criação como Território Federal proporcionou um aumento demo-

(7) — O início do criatório na área riobranquense teria sido propiciado pela ação governamental, através da fundação das fazendas nacionais por Lobo d'Almada, no período de 1787 a 1793, segundo Reis (1931 : 136). Com referência a esse assunto, Avelino de Oliveira assim se expressa : "Sobre a origem destes gados nada sabemos de seguro. Dizem uns que foram os espanhóis quem primeiro os introduziram na região; dizem outros que foram os portugueses com os bovinos adquiridos aos espanhóis. Qualquer que seja a origem,

gráfico ponderável em relação ao vazio humano então existente e, até hoje, ainda problemático (8). Em 1940, de acordo com os cálculos de Mortara (1944 : 671-673), a população dessa área era de 12.130 pessoas. O Anuário Estatístico (I.B.G.E.) de 1963 estima em 34.000 indivíduos em 1.º de julho de 1964. A imigração ocorrida é proveniente dos Estados do Amazonas, do Ceará, do Maranhão e do Pará, etc. No cômputo censitário está incluída parte dos Makuxí e dos Wapitxâna. O município de Boa Vista, que abrange os campos e as montanhas, abriga cerca de 90% da população territorial enquanto o município de Caracaraí, que compreende o baixo rio Branco, fica com os restantes 10%. A parte oeste do Território é habitada apenas por grupos tribais ainda arredios ao convívio interétnico.

Os habitantes rurais dos campos e das montanhas, para referir aqueles que têm maior contato com a tribo estudada, têm instrução rudimentar ou nenhuma. Sua indumentária é simples, tendo os pés geralmente descalços. Visitam ocasionalmente Boa Vista ou os povoados. Entre eles o rádio já tem alguma penetração, porém, revistas, livros, etc., não fazem parte de suas preocupações. O tipo residencial adotado é retangular, duas águas e tacaniça, em apenas uma ou nas duas cabeceiras da casa. As paredes são de taipa ou de adobe e a cobertura de folhas de palmeira, quase sempre do buritizeiro. O piso é chão batido. Os móveis são rústicos e raros. As casas dos mais afortunados têm cobertura de telhas de barro ou outro material, como o alumínio, etc. As paredes são rebocadas e pintadas, o piso é de cimento ou de madeira; há também paredes feitas de tábuas.

Nos últimos anos o número de veículos motorizados aumentou bastante, embora não haja linhas regulares para toda a zona rural. A navegação aérea, iniciada após a criação do

as primeiras fazendas de criação que se tem notícia terem sido fundadas aí, são : São Marcos, São Bento e São José, hoje denominadas fazendas nacionais" (1929 : 21).

- (8) — O Território Federal do Rio Branco, atualmente denominado Roraima, foi criado em 1943 (Dec. 5.812, de 13 de setembro) e instalado no ano seguinte.

Território, é feita por uma empresa particular e pelo Correio Aéreo Nacional, este último alcança além de Boa Vista, dois povoados da zona campestre. Pequenos aviões ("teco-teco") cruzam as diversas direções, principalmente para os garimpos. Além desses tipos de transportes, deve-se salientar aquele por via fluvial que no passado, através dos batelões de conduzir gado, "os boieiros", constituíram o único meio de comunicação regular com Manaus (Coudreau, 1887:408). E que, nos dias atuais, ainda se constitui no principal elo de intercâmbio comercial com aquela cidade, o centro urbano nacional mais próximo e com o qual mantém o Território maior contato. E, finalmente, merece ser frisado o emprego do cavalo para transporte individual e o do "comboio", formado de vários bois, para a condução de carga, os quais continuam em voga, o primeiro nos campos e o segundo nas montanhas.

A rarefação populacional, as grandes distâncias e a falta de transporte regular, ocasionam um grande isolamento da zona rural. Esses fatores são causadores da limitação das trocas mercantis, reduzindo o estímulo ao incremento e dinamização das transações comerciais. Excluindo-se as colônias agrícolas que são de iniciativa governamental e ficam próximas a Boa Vista, principal centro consumidor da área, não há perspectivas para a produção visando lucro, para outros centros produtores em potencial. Contudo já começa esboçar-se um processo de mudança dessa situação de verdadeiro marasmo econômico. A garimpagem de diamante vem contribuindo para isso, muito embora seja grande a saída clandestina desse mineral. Quando amadurecer esse processo de mudança que apenas se delineia (9),

(9) — Em 1963 o Território exportou para Manaus 7.084 cabeças de gado bovino, pesando 2.108.400 quilos, no valor de Cr\$ 171.592.000. A produção mineral atingiu Cr\$ 10.570.000, com 532,70 quilates de diamantes. O extrativismo vegetal somou Cr\$ 18.256.842, assim distribuído: balata (Cr\$ 6.182.062); madeiras (Cr\$ 5.238.906); castanha (Cr\$ 4.756.200); borracha fina (Cr\$ 1.096.134); sorva (Cr\$ 983.540). O extrativismo animal alcançou Cr\$ 17.670.975, englobando os seguintes produtos: peles não especificadas (Cr\$ 8.179.850); peles de adornos não especificadas (Cr\$ 4.728.000); couros de jacaré (Cr\$ 2.418.345); couros de boi (Cr\$ 766.340); peles de caititu (Cr\$ 365.350); peles de maracajá (Cr\$ 285.000); peles de veado (Cr\$ 265.750); peles de onça

com o conseqüente aumento da riqueza regional, é evidente que todos os setores produtivos serão dinamizados.

* * *

As atividades econômicas de Roraima distribuem-se de acôrdo com as suas três zonas ecológicas. Assim, no baixo rio Branco predomina o extrativismo vegetal, enquanto nos campos a ênfase recai na pequena agricultura e na pecuária e nas montanhas, quase exclusivamente, a garimpagem diamantífera. A economia pastoril é a dominante. Sabe-se que uma de suas características é ser extensiva, tendendo gerar latifúndios. A isso adiciona-se o fato de que essa atividade ocupa apenas um reduzido número de braços no seu mister. Ademais, deve-se notar ainda que quando há carência de capital, como ocorreu na área riobranquense, torna-se necessário adotar tipos especiais de relações entre fazendeiros e vaqueiros. Ai o regime adotado foi a "quarta" ou "sorte", pelo qual a quarta parte do gado produzido, isto é, das novas crias nascidas durante o ano, pertence ao vaqueiro. O acôrdo é verbal, comprometendo-se o patrão em dar os arreios e demais acessórios usados no pastoreio, cavalos, sal para o gado, etc.. O vaqueiro deve zelar pelo rebanho, amansá-lo e levá-lo freqüentemente ao curral, em suma, ser o responsável pela fazenda ou pelo "retiro" (fazendola). A *matutagem*, isto é, o direito do vaqueiro abater gado para o consumo, varia de quatro a doze reses por ano, de acôrdo com o número de cabeças que a fazenda possua. Graças à prática dêsse tipo de sociedade, novos criadores foram surgindo. Até 1964 havia 873 fazendas, totalizando 185.000 cabeças de gado *vacum* (informação fornecida pela Divisão de Estatística do Território). Atualmente, porém, já começa o regime de assalariado. Nas fazendas da Firma J. G. Araújo, cujo montante de

(Cr\$ 170.000); peles de queixada (Cr\$ 47.340); pirarucu
(Cr\$ 446.000). A produção agrícola totalizou Cr\$ 811.461 —
distribuída em farinha (Cr\$ 652.665); arroz (Cr\$ 73.575); tabaco
(Cr\$ 53.550); milho (Cr\$ 31.671). (Dados fornecidos pela Divi-
são de Estatística do Território).

reses é o maior da área, por exemplo, na época da pesquisa o vaqueiro ganhava Cr\$ 400, por cada nôvo bezerro, além da *matutagem* de 12 reses por ano e o direito de vender o queijo que produzisse. A situação de trabalho do pequeno criador e do vaqueiro é semelhante. Eles mesmos se desencumbem dos serviços rotineiros do criatório. Apenas em casos excepcionais é que recorrem ao braço extra, geralmente os Makuxí ou os Wapitxâna. Os demais fazendeiros igualmente empregam êsses índios em trabalhos braçais diversos, como em suas pequenas roças. Estas são feitas nos antigos currais, para isso mudados anualmente de posição, para aproveitar o estrume ou, ainda, nas baixadas ou "vazantes" dos rios, consideradas tão férteis quanto aquêles.

Os MAKUXÍ

Antes de abordar as relações de convívio interétnico, alguns aspectos da vida cultural e social dos Makuxí serão evidenciados. Êstes indígenas pertencem ao bloco lingüístico Karíb, somando cerca de três mil indivíduos em solo brasileiro. Vivem em aldeias "autônomas" ou agregadas às fazendas e "retiros" pastoris, em povoados ou em aldeamentos próximos dêstes e na cidade de Boa Vista. Constituem-se em uma das mais numerosas tribos em terras nacionais, sendo uma das poucas que conseguiram atravessar as diversas etapas de contato interétnico, conservando uma população e uma estabilidade sócio-cultural apreciáveis. Acham-se os Makuxí em adiantado processo de integração (10) à sociedade nacional, embora isso não ocorra de modo homogêneo, isto é, o impacto das duas sociedades não obedece uma linha uniforme. Em idêntica situação encontram-se os Wapitxâna, do bloco lingüístico Aruak e que totalizam, no

(10) — "A integração não requer que todos os indígenas se transformem em não indígenas. Possivelmente êste será seu destino, já que o processo americano de aculturação ocorre em uma situação de contato cultural, na qual a cultura dominante é a não indígena. Porém, a integração pode se dar muito antes que a "desindigenização" se complete, e ainda poderia se dar sem se completar nunca" (Ribeiro, 1961 : 113).

Brasil, cerca de mil indivíduos, incluindo aldeados e destribalizados. Estas duas tribos, inimigas no passado, atualmente vivem em paz, intercruzam-se e formam, inclusive, alguns grupos-locais mistos. Enquanto, porém, os Wapitxâna vivem apenas nos campos e cerrados da planície, os Makuxí espalham-se desde as proximidades da fazenda nacional de São Marcos, até à zona montanhosa, na parte fronteira com a Venezuela e naquela com a Guiana Inglesa. Aliás, ambos os grupos tribais referidos habitam, também, nessa possessão britânica. Nessa larga faixa, tradicional localização dos Makuxí (11), estão situadas as fazendas de criatório. Embora algumas aldeias fiquem mais isoladas, outras ficam intercaladas entre esses estabelecimentos.

As "malocas", nome pelo qual os regionais designam as aldeias indígenas, estão localizadas próximas a um rio ou aguada. Não possuem uma forma regular, distribuindo-se as residências próximas uma das outras ou afastadas do aglomerado maior. As habitações são retangulares, de duas águas e tacaniça, a cobertura é de folhas de palmeira buriti, e as paredes são de taipa ou de adobe. O chão é terra batida. Raramente há divisões, janelas ou mais de duas portas, sendo estas colocadas uma atrás e outra na frente da casa. De acordo com a memória tribal e com as fontes compulsadas (12), sabe-se que os Makuxí em tempos passados adotavam além da construção retangular, também, a cônica. Aliás, a única diferença essencial entre o tipo usado por esses índios e pelos regionais da zona rural, em sua maioria, e pelos que habitam os bairros da periferia de Boa Vista, consiste no número de portas e janelas, as quais são mais numerosas entre os últimos.

A família makuxí continua sendo predominantemente monogâmica. Seu sistema de parentesco, apesar dos abalos estruturais sofridos, continua operativo (cf. Diniz, 1965). Sua descendência considerada como matrilineal (13) é duvidosa, pois a

(11) — Cf. Gillin (1948 : 808-809) que dá um resumo das referências ao tradicional *habitat* dos Makuxí.

(12) — Cf. Farabee, 1924 : 15; Martius, 1867 : 648.

(13) — Cf. Farabee, 1916 : 218; Martius, 1867 : 643; Myers, 1946 : 26, 27.

estrutura social oferece aspectos que contrapõem essa assertiva. Entre eles destacam-se a patente autoridade do pai e ausência da do tio materno e, ainda, o casamento avuncular, existente segundos os depoimentos de fontes antigas (14). Nos dias atuais os Makuxí usam nomes "civilizados" e adotam como sobrenome o nome do pai.

O sistema de parentesco é de *fusão bifurcada* na primeira geração ascendente. No tocante aos termos de primos cruzados, corresponde ao tipo *Iroquês* (cf. Murdock, 1949 : 243). O casamento entre primos cruzados patri e matrilineares é de caráter preferencial, fato que é refletido na terminologia de parentesco. Na antiga ordem tribal, o casamento entre parentes afins era o sororato e o levirato, que ainda ocorrem. Além dessas formas de união, havia também a poliginia (15), a qual era quase sempre sororal. Por sinal, ainda há reminiscências da forma poliginica de casamento a qual, segundo os informantes, teria ocorrido com bastante freqüência, principalmente entre os chefes. Joaquim Inglês, um velho de cerca de 70 anos, morador da aldeia Tachi, ao ser indagado sobre o assunto, asseverou ter tido duas mulheres ao mesmo tempo, e em uma única casa, sendo uma mais velha sensivelmente que a outra. Três de seus filhos, presentes aos festejos do povoado "vila" Surumu, confirmaram suas palavras. Na aldeia de Contão houve um caso de poliginia sororal até 1963, ano em que uma das espôsas faleceu. Em Rapôsa há uma união poliginica sororal. Em ambos os casos a residência era única. Deve-se salientar que tais casos, já não são olhados como "naturais". Porém, esta mudança de comportamento é grandemente influenciada pelo julgamento de valores dos regionais. Assim mesmo, essa reserva parece ser apenas em relação àqueles que adotando a poliginia vivem em uma única casa. Pois, o atual "tuxaua" de Rapôsa tem uma "outra mulher" e, no entanto, tal situação não é motivo de mofa. Por sinal, o indivíduo envolvido na poliginia sororal em

(14) — Cf. Martius, 1867 : 645; Schomburgk, 1841, II : 314 *apud* Roth, 1924 : 672.

(15) — Cf. Martius, 1867 : 642; Schomburgk, 1841 : 200; Schomburgk, 1841, I : 369; II : 141, 318 *apud* Roth, 1924 : 670, 685, 687.

Rapôsa teve obstada sua ascensão à chefia, como substituto de seu pai, por ter “duas mulheres”. O padre que fazia a “desobriga” teria influido na escolha tendo, segundo consta, conseguido junto ao representante local, de então, do Serviço de Proteção aos Índios que fôsse dada a “patente” a outro. O apontado, até hoje ainda na direção, é primo cruzado patrilateral do preterido, isto é, filho da irmã do chefe morto. Ainda com referência à “outra mulher” do chefe de Rapôsa, deve ser esclarecido, que se trata de uma mulher idosa e que fôra espôsa de um primo paralelo patrilateral do pai do “tuxaua”, portanto pai classificatório dêste. Recorda-se, também, que a bibliografia relacionada aos Makuxí diz da possibilidade do casamento com a espôsa do pai, desde que não seja sua mãe (16).

No que se refere à residência, o nôvo casal tradicionalmente mora com os pais da noiva (17) no período pós-nupcial. A permanência no grupo-local da noiva, para os indivíduos de outros aldeamentos ou de etnia estranha, é também ainda grandemente seguida.

* * *

Cada aldeamento tem o seu “tuxaua”, nome pelo qual os chefes dos grupos-locais são designados. Porém, aquelas aldeias de formação recente cujo núcleo inicial, via de regra, foi um antigo centro roceiro, continuam sob a chefia do “tuxaua” da aldeia geratriz, que aí mantém um encarregado.

A indicação de um nôvo “tuxaua” é pretendida, idealmente, pela linha paterna, de pai para filho em primeiro lugar. Nos dias atuais, pelo menos, está bastante (senão totalmente) influenciada pelos interessados da sociedade envolvente, fazendeiros principalmente. O Serviço de Proteção aos Índios, através do Encarregado da “Ajudância” de São Marcos, sanciona a indicação do *escolhido* dando-lhe uma “patente”. Esta é um sim-

(16) — Cf. Martius, 1867 : 645; Schomburgk, 1841, II : 314 *apud* Roth, 1924 : 672.

(17) — Cf. Farabee, 1916 : 218; 1924 : 15, 76; Martius, 1867 : 645; Myers, 1946 : 26, 27.

ples papel datilografado, pelo qual o "tuxaua" tem o direito de "administrar a maloca e defender os interesses de seus patrícios".

O aparente prestígio do chefe de grupo-local parece ser originário do destaque que lhe proporcionam os regionais. Estes chamam-lhe sempre pelo título de "tuxaua" e, muitas vezes procuram tratar de assuntos que lhes dizem respeito, primeiramente com êle. Mas, as relações comerciais, de trabalho, etc. geralmente são tratadas individualmente. A moderação no mando, entre os chefes da tribo Makuxí, já foi posta em evidência por naturalistas que percorreram a área habitada por êsses índios (18). Dois fatores contribuem para evidenciar a influência de um "tuxaua": sua forte personalidade e numeroso grupo de parentesco. Os chefes das aldeias de Contão, Limão e Rapôsa são exemplos desta assertiva. Aí, seus respectivos "tuxauas" exercem preponderante liderança como, também, possuem uma larga parentela.

Não há e nem parece ter havido unidade política. Os traços gerais que identificam os Makuxí como um povo são a língua, os costumes e as tradições. A divisão em subgrupos tais como os Monaikó, Azepang, Kenóloko, Tewayá, Pazark'ká, Eliang e Quessêruma, como são indicados pelas fontes (19) não foi possível esclarecer. Talvez não exerçam mais importância distintiva, pois ao serem indagados sobre o assunto, dizem-se "makuxí verdadeiro".

* * *

A principal atividade dos Makuxí ainda é a agricultura de subsistência. Os roçados continuam sendo feitos pela tradicional técnica de derruba e queima. Para isso utilizam as baixadas ou

(18) — "O chefe divide a influência sobre o povoado com o pajé. O primeiro exerce o poder executivo, em tempo de paz, como coordenador das causas de interesses da aldeia, de um modo brando, mais com conselhos e indicações do que dando ordens ou comando. Na guerra, porém, torna-se soberano absoluto" (cf. Martius, 1867 : 646).

(19) — Cf. Koch-Grünberg (1922) *apud* Gillin, 1948 : 809; Idem, *apud* Pineda y Guhl, 1945 : 172-173; Mayer, 1951 : 67.

vazantes dos rios ou, ainda, as serras. Entre as plantas cultivadas a mandioca é a básica. É empregada no fabrico de beijos e de farinha, sendo o primeiro tipo o modo pelo qual é consumida na alimentação. Usam-na, também, para fazer bebida que, depois de fermentada, torna-se alcoólica. Cultivam, ainda, o feijão, o milho, o arroz, etc..

A situação econômica dos Makuxi é penosa. Não produzindo um excesso para venda, sacrificam a subsistência e levam um nível de vida baixíssimo. Dos seus produtos agrícolas, a farinha de mandioca é a mais vendida, embora a vendagem desse gênero não permita dêle tirar o seu sustento. O criatório a que alguns se dedicam também, pelo seu reduzido número, não merece destaque. Os utensílios que outrora fabricavam estão sendo feitos em pequena quantidade ou deixaram de ser feitos. Aquêles adquiridos pelo comércio com os regionais são mais preferidos, dada a sua maior resistência. Mas, devido ao seu alto custo a aquisição de bens manufaturados é mínima. Para contrabalançar as relações comerciais, dedicam-se à tóda espécie de trabalho braçal, embora a demanda seja descontínua. A garimpagem diamantífera é igualmente feita para o intercâmbio comercial. Podem engajar-se a uma Empresa, as quais utilizam escafandros na procura de diamantes. É mais comum, porém, garimparem individualmente ou em associação com um ou mais companheiros. O serviço, neste caso, é feito pela técnica de “mergulho” em pequenas profundidades. Usam peneiras ou bateias de arame, em número de três e cada qual de uma espessura específica, é o “terno”, como dizem na área. Os meses de estiagem são os adequados para a cata diamantífera, sempre feita em cachoeiras. Os pequenos achados, quase sempre, apenas dão para indenizar as dívidas já contraídas. Os credores são fazendeiros que, via de regra, têm comércio, legalizado ou não. Os “marreteiros” também procuram adquirir os diamantes dos indígenas que, devido ao seu desconhecimento dos preços correntes e da pouca experiência comercial, sempre são ludibriados. A compra de utilidades, previamente, impede que o resultado obtido na garimpagem seja aproveitado na aquisição

de outras ou de bens de capital. Quando trabalham por própria conta sempre o fazem em pequenas temporadas e mesmo quando obtêm lucro é de pouca monta. Aquêles que trabalham engajados a uma Empresa de exploração diamantífera, embora constituam exceções, são os que têm maior oportunidade de acumular capital. Por exemplo, dois jovens da aldeia Rapôsa que trabalhavam na Empresa que atuava na Cachoeira do Aparente, no rio Maú, aplicaram o dinheiro aí obtido na compra de algumas cabeças de gado vacum. Notícias recebidas pelos seus pais, em princípios de abril de 1964, revelavam que os dois irmãos haviam ganho, no mês anterior, as quantias de Cr\$ 1.500.000 e Cr\$ 800.000, respectivamente. Também essas importâncias seriam aplicadas na aquisição de outras reses.

Atualmente é raro encontrar um rapaz que não passe uma temporada como garimpeiro improvisado. Assim, a garimpagem e a venda de sua força de trabalho são os meios de compensar a sua tradicional economia de subsistência e de escambo, grandemente afetada pelas novas condições enfrentadas pelo grupo tribal. A dependência de produtos manufaturados, tais como machados, facões, enxadas, ferros de cavar, tecidos, etc., é total e constitui um forte elo para a dedicação dos Makuxí ao trabalho assalariado e à garimpagem incipiente. Esta pode ser feita também no planado, isto é, em terra, como acontece em Santa Helena (Venezuela), para onde alguns se dirigem. Também vão trabalhar na Guiana Inglesa, em atividades braçais. Lá, em princípios de 1964, ganhavam dois dólares por dia, o equivalente a Cr\$ 850, por cada unidade do dinheiro dessa possessão britânica, no câmbio de então.

Os Makuxí ainda não aceitam integralmente o trabalho assalariado. Não gostam de passar muito tempo longe de sua gente, regressando logo que possível. Este regresso é favorecido pela descontinuidade de serviços, os quais têm várias formas, mas são sempre de natureza braçal.

A SITUAÇÃO INTERÉTNICA

Procurou-se, nos dois ítems precedentes, estabelecer uma base para o quadro que nesta parte se tentará esboçar. Assim, foram sumariados os aspectos mais gerais e relevantes para a compreensão da estrutura econômico-social das sociedades regional e indígena as quais, só poderão ser entendidas em sua dinâmica se consideradas como uma unidade. E, agora, ao tratar-se do tema central dêste ensaio, será evidenciada a interação entre os Makuxí e os regionais. Considerando um caso particular de situação interétnica, de início deve-se procurar caracterizá-los. Na área riobranquense, o índio integrado ou em via de integração que, geralmente, além da língua tribal ou *gíria* (como dizem os regionais) fala ou entende o português, seja aldeado ou destribalizado, é chamado *caboco*, corruptela da palavra "caboclo". Esta designação tem duplo sentido: um é aquele que ressalta a condição de "índio manso" ou "índio civilizado"; outro é o que enfatiza sua categoria social, considerada inferior. Em contrapartida o brasileiro ou regional, como está sendo tratado neste trabalho, é identificado pelo indígena acima caracterizado como *branco* ou *civilizado* não importando sua condição econômico-social e nem sua mestiçagem, tendo conotação social equivalente.

Pela própria localização dos aldeamentos makuxí, as relações interétnicas têm maior ocorrência com os habitantes da zona rural. A divisão em zona rural e urbana, esta representada apenas pela cidade de Boa Vista, tem caráter apenas analítico. Pois, uma das características da área riobranquense é ser essencialmente rural e pastoril. Esses rurícolas têm um modo de vida, no que se refere ao ponto de vista puramente material, pouco diferente daquele dos *cabocos*. Tal semelhança é verificada no tipo residencial, na indumentária, nas técnicas rudimentares de agricultura e outras. Esses camponeses são anal-fabetos ou apenas semi-alfabetizados, enquanto os Makuxí somente nas gerações mais novas e em reduzido número, estão

tendo rudimentos de alfabetização (20). Uns e outros adotam o cristianismo à sua maneira e, na grande maioria, se dizem católicos. A sua vivência sistemática não é homogênea para o todo, embora às vezes estejam interagindo de modo mais incisivo, como ocorre com os grupos-locais nas imediações do povoado "vila" Surumu. Nesse caso pode-se dizer que há relativa intimidade nos contatos diários.

Apesar de não haver uma segregação física propriamente dita, nos contatos cotidianos ou no trato ocasional, importantes dimensões da vida social tais como diversões, privilégios e oportunidades comerciais e econômicas em geral, são de caráter discriminatório. Assim, mesmo sem haver uma situação conflituosa, a acomodação é grandemente prejudicada pela existência de preconceito (21) por parte dos *civilizados*. Este fato tende a falsificar o verdadeiro caráter do contato entre as duas sociedades resultando, inevitavelmente, em uma situação de "fricção interétnica" (22). Os *brancos* controlam o preço da força de trabalho dos *cabocos*, o qual por isso mesmo é

- (20) — Há escola nas aldeias de Contão e de Rapôsa. A da primeira teve início em 1962, sendo professor o Makuxí José Marcolino (esse índio recebeu rudimentos de alfabetização com um missionário protestante, tornando-se "crente"). A da segunda, em 1961, sendo professoras duas moças de Boa Vista. Essa escola é freqüentada por crianças e adolescentes das aldeias mais próximas.

Em São Marco funciona uma escola com um internato. Nela estudam filhos de funcionários índios ou não, e crianças da aldeia Vista Alegre que fica nas proximidades.

Na missão Consolata, em "Vila" Surumu, freqüentam alunos das aldeias de São Jorge, Barro e Enseada e, no internato, crianças de grupos-locais mais distantes.

- (21) — "As manifestações de preconceito, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos, mas elas não são inteligíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomênicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se expressem nessa esfera" (Ianni, 1962:88). "Sómente quando inscrevemos estas manifestações no âmbito da estrutura econômico-social em que elas ocorrem é que adquirimos uma compreensão precisa do seu sentido essencial" (idem: 106).
- (22) — "Chamamos fricção interétnica o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato muitas vezes proporções "totais", i.e., envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser modelada pela situação de fricção

desvalorizado. Por exemplo, no período fevereiro-abril de 1964, foram encontradas diárias que variavam entre Cr\$ 300 e Cr\$ 500, sendo a comida fornecida pelo patrão. Essas quantias se tornam mais irrisórias se cotejarmos com os altos preços dos produtos manufaturados. A título de exemplo, citam-se aqui os preços de algumas utilidades, de imediata necessidade, de acordo com a lista fornecida por um comerciante de "vila" Surumu, no mês de fevereiro de 1964. Ei-los: açúcar — Cr\$ 300 — o quilo; sal — Cr\$ 150 — o quilo; fósforos — Cr\$ 150 — o maço de dez caixas; sabão — Cr\$ 350 — a barra — querosene — Cr\$ 400 — o litro. Esse controle do custo da força de trabalho dos *cabocos*, pelos regionais, fica mais evidenciado pelo fato de serem os Makuxí (e os Wapitxâna) que executam a quase totalidade dos trabalhos braçais da zona dos campos e, provavelmente não é desapercebida sua participação, de tal natureza de serviços, nas serras e na capital do Território. Esses dois grupos tribais constituem os braços em disponibilidade da área e são os que sofrem, no momento, o impacto interétnico com maior impositividade.

Em vista do exposto, não é necessário enfatizar que os regionais ocupam toda a situação de mando, seja na esfera política, na econômica e nas outras decorrentes do manejo destas. Esse aspecto da interação que é verificável de imediato reflete-se, como é evidente, em outros setores da vida social. Vale salientar que apesar da depreciação e da tentativa de desmoronamento dos costumes indígenas, como acontece de modo mais incisivo nas ordens política e religiosa, para citar as instâncias mais visadas, essa atuação tem sido feita sem um "dirigismo" pré-determinado, pela sociedade envolvente. Mesmo assim, vários aspectos sócio-culturais dos Makuxí já estão caracterizados, através da incorporação de outros, estranhos à sua estrutura tradicional.

interétnica. Entretanto, essa "situação" pode apresentar as mais variadas configurações, todas elas definidas pelas características acima mencionadas. Dêsse modo, de conformidade com a natureza sócio-econômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos" (Oliveira, 1962 : 86).

O caráter discriminatório, já referido, se evidencia pela emulação de superioridade do *branco*, a qual se reflete em certos costumes considerados "naturais". Pode entrar nos bailes do *caboco*, mas este não pode fazer o mesmo nas festas daquele. Em "vila" Surumu, por exemplo, essa ocorrência foi plenamente verificada. Muito embora fôsse comum a presença dos primeiros nas festas dos segundos, o comparecimento de *cabocos* nos bailes dos *civilizados* era apenas na qualidade de músicos (sanfoneiro, pandeirista, violonista). A entrada lhes era vedada sumariamente, pois os convites apesar de serem pagos só eram distribuídos aos elementos da sociedade dominante. Além disso, vários outros aspectos esteriotipados do comportamento favorecem essa emulação, fazendo com que, de certo modo, os *brancos* ajam como uma "casta" social e etnicamente. Casamentos formais entre os indivíduos das duas sociedades, a nacional e a tribal, são raros e quando ocorrem sempre são homens *civilizados* de "classe baixa" com mulheres *cabocas*. Uniões informais e a exploração da mulher índia pelos regionais, de modo clandestino ou até pela força, são usuais. Inúmeros casos foram narrados pelos informantes, embora aqui não seja oportuno relatá-los. Contudo à guisa de exemplo, merece destaque o seguinte caso acontecido durante os festejos do padroeiro da "vila" Surumu. Um makuxí bastante alcoolizado e sua jovem esposa voltavam, nas primeiras horas da madrugada, de um baile. Um garimpeiro tentou seduzir a mulher, a princípio com promessas e depois puxando-a pelo braço. Nisso, o makuxí que vinha apoiado em sua esposa, sonolento pela embriaguez, embora cambaleante tentou reagir avançando contra o sedutor, sendo duramente pisoteado e esmurrado por este. O makuxí deu o alarma para a polícia e, apesar de estar em frente à delegacia, não foi atendido. Então vociferou algumas palavras obscenas, sendo por isso imediatamente prêso, enquanto o garimpeiro escapava-se para Boa Vista. Ao ser indagado, o guarda que fez a prisão respondeu que "o *caboco* foi detido por ofensa à moral".

A mobilidade social é rara e quando ocorre tem várias origens, funcionando como canais de ascensão, o casamento com *civilizado* ou a "criação" por este e, ainda, em certos casos, a filiação deste. Porém, essa metamorfose para ser completa, isto é, para deixar de ser índio, o indivíduo deverá abandonar os costumes tribais. Isto, porém, só é possível para as crianças que são dadas como "crias" de civilizados, e para os filhos de uniões interétnicas. Estas quase sempre são com jovens que foram criadas por algum *branco*. Esse hábito de dar o filho para "cria" dos regionais, a pedido destes, é bastante largo e nada mais é que um mecanismo de "escravidão disfarçada". É comum os fazendeiros dizerem que "caboco é mal agradecido" pois, no dizer de um deles, "quando começam servir, vão embora". Esse fazendeiro, por sinal, "criou" um makuxí o qual tem 18 anos de idade e trabalha como ajudante do vaqueiro de uma de suas fazendas, sem receber remuneração. Perguntado sobre o salário do rapaz, o sr. B. respondeu: "êle nada ganha... êsse é meu filho". Aliás, sobre o assunto tratado, o depoimento de Araújo Cavalcanti é bastante elucidativo, quando observa: "Um fato que desperta imediatamente a atenção de qualquer observador é a exploração desumana do trabalho das crianças, rapazes e moças "makuxís", pela maioria dos habitantes do Território. Qualquer trabalho pesado é feito pelos pobres índios, sem nenhuma remuneração ou assistência" (1949: 177).

* * *

Os dois sistemas sociais em interação relacionam-se no sentido de sociedade envolvente (a nacional) e envolvida (a tribal). Esta situação dá uma aparência de estratificação étnica (23) às relações intersocietárias, apesar dos reflexos de um sistema de

(23) — "En la medida en que el sistema regional de estratificación social agrupa solamente a dos estratos cuyas características básicas son étnicas, este tiende a mantener la apariencia de una situación colonial. Al mismo tiempo, tiende transformarse en una estratificación netamente socio-económica, con el desarrollo de las relaciones de clases." (Stavenhagen, 1963 : 101).

classes em emergência. Porém, uma estratificação dessa natureza se associa às peculiaridades da situação engendrada pelas duas sociedades em "fricção". Neste caso, o *status* tende a ser definido por razões étnicas e pelas características culturais e societárias vigentes. Ressalte-se, portanto, que se pretende tão somente estabelecer uma classificação analítica entre os dois sistemas sociais em conjunção. Pois, as duas sociedades interagem de acôrdo com o princípio de dominação-subordinação, seja no campo social, no político ou no econômico. Este é o de mais alta relevância e, talvez seja o ponto mais visualizado pelos indivíduos em interação ao serem consideradas as diversidades existentes entre si. Nas suas avaliações, os indígenas que têm maior experiência intersocietária, conscientizam que através do êxito econômico poderão assemelhar-se ao *civilizado*, categoria que para eles se espelha no fazendeiro. Para êsses *cabocos*, ser fazendeiro é o alvo almejado em seus devaneios. Por outro lado, aquêles já destribalizados e que conseguem algum dinheiro em suas garimpagens, procuram imitar a indumentária de melhor apresentação do *branco*.

Para a população regional não há nenhum interesse na ascensão econômico-social dos *cabocos*. Êstes, por sua vez, ainda não estão preparados para obter posições mais elevadas na estrutura ocupacional, senão aquelas mais árduas, cujo único requisito é a força física. Na sua qualidade de mão-de-obra secundária é que está sendo feita sua participação na economia nacional, especificamente através de um dos segmentos desta. Uma parcela de *cabocos*, embora não tenha elementos para uma tomada de posição reivindicatória, está consciente da situação em que, irremediavelmente, foi envolvida. Desabafos em que a melancolia e o fatalismo são as tônicas, repetem-se frequentemente. A polarização de interesses são as causas da ambivalência existente, dando uma visão esteriotipada para uns e outros, ocasionando queixas ou louvores recíprocos. Dêste modo, os sistemas sociais em conjunção arquitetam soluções próprias para os seus problemas, resultando em furtos, fugas, etc., da parte dos *cabocos* e prisões e outros vexames impostos pelos

civilizados. Uma hostilidade velada entre as duas “raças” (24), cuja oposição de objetivos é patente, verifica-se ao serem analisados os dados empíricos.

A questão de terras é bem representativa dessa hostilidade. Podem ser ocupadas pacificamente, por meios legais, como os requerimentos ou através da compra de “benfeitorias”. Estas constituem-se em uma barraca, do tipo já descrito, e as árvores frutíferas de seu terreno. É o meio mais comum e usual da ocupação pura e simples do território indígena. Os vendedores podem ser proprietários que adquiriram a “benfeitoria” de outros ou algum *civilizado* amasiado com uma *caboca* e que vivem afastados de aldeia; às vezes é um *caboco* destribalizado que, morando longe do núcleo da aldeia, não ressiuiu à persuasão do fazendeiro comprador. É deste modo que os regionais camuflam a invasão das terras tribais. Através desse mecanismo, as “benfeitorias” passam de um a outro dono o qual, feita a compra, estabelece o seu curral e “situa” um “retiro”, núcleo inicial de uma nova fazenda. Outras vezes, no processo de redistribuição populacional ocasionada pela expansibilidade do pastoreio, o qual não somente força o envolvimento das aldeias mas, até mesmo sua mudança, os Makuxí se estabelecem nas serras. Porém, no avanço da onda pastoril, os *cabocos* são surpreendidos com um fazendeiro “situando” um novo criatório em suas vizinhanças e, alegando de imediato, serem suas as terras onde os indígenas se estabeleceram e prepararam seus roçados. Desorientados e não possuindo documentação de propriedade, ficam à mercê dos *civilizados* que as consideram, do ponto de vista “legal”, como terras desocupadas. Informantes da aldeia Curicaca, no alto do rio Parimé, disseram que o fazendeiro EM

(24) — “Em termos sociológicos, raça é uma categoria social constituída pela interação de um conjunto de avaliações produzidas socialmente, em que as pessoas ou grupos — devido às posições reais ou imaginárias que ocupam no sistema social — se consideram como pertencentes a “raças” diversas. Nesse sentido a categoria elabora a partir de certas condições sociais de existência dos grupos em interação e dos seus produtos sociais, passando a interferir ativamente nas auto-avaliações recíprocas de uns e outros, permeando as suas relações de aproximação e afastamento.” (Ianni, 1962 : 93).

estava providenciando "situar um retiro" nas proximidades do seu grupo-local. Esse fazendeiro, um dos maiores da área, já havia lhes comunicado sua pretensão, já "legalizada".

Como é patente, a apropriação das terras indígenas além de ocasionar o desalojamento progressivo de seu tradicional *habitat*, origina vários traumatismos no grupo tribal, advindo disso várias conseqüências. Entre elas, a destribalização forçada que tem o caráter de colocar ao dispor dos *brancos*, um contingente de braços potenciais a baixo custo. Dêste modo, cada vez mais se acentua o desequilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho. Para justificar os seus atos, os fazendeiros racionalizam que os *cabocos* são um obstáculo à expansão pastoril. E, ainda mais, defendem a transferência dos indígenas para o oeste do Território onde, alegam, há mais caça e maior possibilidade de dedicação à agricultura. Nesse jogo de interesses, como é óbvio, a sociedade menor sempre sai perdendo e, além disso, seus membros são acossados pelos meios policiais. Tendo os fazendeiros o manejo policial, as prisões e ameaças de castigos, tais como o "bôlo" de palmatória e o "carimbo" ou seja a marcação a ferro em brasa, são usuais. A emigração para a cidade de Boa Vista está crescendo, os indígenas dão várias razões para isso, sendo a mais freqüente a necessidade de "educar os filhos". Essa emigração que gera ou tende a gerar um maior número de subproletários urbanos talvez tenha, como causa remota, os fatos acabados de mencionar.

CONCLUSÃO

Com a chegada dos *brancos* que aos poucos foram intensificando o criatório bovino, as terras tradicionalmente habitadas pelos Makuxí foram alcançadas. Estes, desde então, passaram a fazer parte, de modo indireto, do sistema estamental latifundiário e pastoril, instalado na área que constitui hoje o Território Federal de Roraima.

Mudanças culturais, devido ao contato interétnico, são evidentes. Sua principal atividade, porém, continua sendo a agricultura de subsistência. Das plantas cultivadas destaca-se a mandioca que usam, em primeiro lugar, para o fabrico de beijus e de bebidas, como o pajauaru. Também fazem farinha de mandioca, modo pelo qual é vendida em parte.

A indumentária, o tipo residencial e o seu modo de vida se assemelham aos dos regionais pobres, embora haja uma tendência do nível de vida destes ser mais elevado. O artesanato está sensivelmente descuidado. As festas tradicionais, pelo menos nas aldeias visitadas e naquelas cujos moradores foram entrevistados, parecem estar esquecidas ou em desuso. Nos bailes à moda brasileira as suas bebidas, feitas de mandioca, de caju, de milho, batata ou de cana-de-açúcar, além da cachaça, são usuais. Indivíduos de aldeias vizinhas e homens *civilizados* comparecem. Nos ajuris para derruba de mato para roça, etc., essas bebidas também são empregadas, principalmente o pajauaru (de mandioca) e a cachaça. O pajé ainda exerce sua influência, a qual é evidenciada pela presença deles em vários aldeamentos.

Os Makuxí, além de sua própria língua, falam ou entendem o português que constitui a "língua geral". Todos possuem um nome em português e usam como sobrenome o nome do pai. Dizem-se católicos em sua maioria, também há os "crentes" ou protestantes. Ambas as categorias, porém, são nominais.

Na estrutura do poder regional os fazendeiros ocupam o ápice. Atuam e dirigem a política, ocupando-se alguns deles na administração de suas fazendas e do exercício de cargos públicos. Deste modo, quando entram em evidência seus interesses "classistas", agem como um bloco monolítico. Na área riobranquense a pecuária que constitui a economia dominante, o extrativismo vegetal e a mineração não provocaram, até recentemente, um desenvolvimento econômico estável e nem tão pouco propiciaram uma elevada concentração demográfica. Aí, as relações entre *brancos* e *cabocos*, devido à conjuntura econômico-social reinante, tem caráter estamental.

O principal produto de que dispõem os Makuxí para o comércio, é a farinha de mandioca. Assim mesmo em reduzida escala e quase sempre com sacrifício do autoconsumo. Para equilibrar as relações comerciais eles se valem de sua força de trabalho, nas mais variadas atividades braçais, e da garimpagem eventual de diamantes. Este mineral que para os Makuxí apenas tem valor de troca, é um excelente expediente para adquirir bens e imediata utilidade. Contudo, não têm oportunidade de acumular capital o que se torna mais fácil para o *civilizado*. Aliás, uma das distinções mais nítidas entre uns e outros é a capacidade aquisitiva, que tende a ser maior mesmo entre os regionais mais pobres. Os *cabocos* freqüentemente expressam seu descontentamento em trabalhar para os *civilizados*, geralmente fazendeiros. Alegam pouco receber e que o serviço de duas semanas apenas lhes possibilita comprar um machado, além das outras utilidades terem preço igualmente alto. Acrescentam, ainda, o fato de necessitarem permanecer dias ou meses longe dos seus. Em realidade, porém, o não entrosamento no trabalho sistemático é que êste foge ao estilo tribal, embora suas alegações tenham validade.

No processo de integração dos Makuxí à sociedade nacional, especificamente em um dos seus segmentos, não há uma rígida segregação "racial" e nem uma hostilidade declarada. Este fato talvez seja decorrente da importante função dêsses índios como mão-de-obra secundária. Mas, a emulação de "superioridade" do *branco* sempre se faz notar. Os *cabocos*, via de regra, aceitam-na ou não se apercebem dela. Reações emocionais e conflitos interétnicos têm apenas caráter isolado e não de grupo contra outro. Porém, a quebra da rígida estrutura que ocorre apenas em diminuta parcela, não indica qualquer ruptura na estratificação puramente étnica, apesar do sistema de classes que começa emergir. Não existe propriamente uma competição, dado ser o mercado interno pouco desenvolvido. Certamente a estratificação étnica tomará outras feições quando mudar a situação estamental reinante, ocasionando o desenvolvimento das relações de classes. As oportunidades e possibilidades dos

cabocos obterem posições mais elevadas na estrutura ocupacional são nulas, uma vez que o seu despreparo obstaculiza tal pretensão. Embora as gerações mais novas comecem alfabetizar-se, longe está de alcançarem melhor êxito.

O desconhecimento da “distância cultural” entre as duas sociedades, acarreta verdadeiros traumas no grupo tribal. Haja vista, por exemplo, o caso da poliginia sororal encontrada na aldeia de Rapôsa, cujo indivíduo envolvido deveria ser o sucessor de seu pai na chefia do grupo-local. Como foi visto, elementos da sociedade dominante adulteraram a hierarquia desejada. Este e outros casos de ascensão dos chefes, têm frustrado a expectativa do grupo, afetando grandemente o poder tribal. A perda de autonomia, a transformação das normas da herança de governo e a ocupação de seu território, além da dependência econômica, são as causas mais evidentes de sua alienação.

A ambivalência se manifesta em vários aspectos do comportamento. O desejo de assemelhar-se com o *civilizado*, a vontade manifesta de que seus filhos aprendam a ler e escrever e da juventude querer conhecer melhor o “mundo dos brancos”, são mostras de uma reavaliação de valores para o ingresso e compreensão da sociedade envolvente. Alguns *cabocos* destribalizados, geralmente aqueles filhos de uniões interétnicas, escamoteiam sua origem indígena. Não é necessário enfatizar que a oposição de valores entre as duas sociedades, é causa da instabilidade existente.

Em síntese, o processo em que se defrontam de um lado os roraimenses, na qualidade de um segmento da sociedade brasileira e, de outro, os Makuxí, grupo tribal em processo de integração nesse segmento, é o quadro que se tentou esboçar neste ensaio. Em outros termos, procurou-se mostrar como as forças econômico-sociais que penetraram e atuam na área rio-branquense, influenciam e agem sobre a tribo referida, amoldando-a de acordo com as contingências concretas.

SUMMARY

The purpose of this preliminary paper is to present some aspects of the systematic contact between the Makuxi (Carib, in Brazil population of about 3.000) and the regional people of the Território Federal de Roraima. It is a part of a major project whose aim is to study the process of a long contact period and a tribal group installation in a monetary economy.

The data were collected during a two months survey, February-Abril 1964, in the rio Branco area, border with British Guiana and Venezuela.

The paper includes the following sections :

1. *Introduction*. In which the problem is stated.
2. *Area*. The Territory is divided into three ecological areas : lower rio Branco (forest extractivism), upper rio Branco savana and mountainous region (little agriculture, cattle and diamond mining).
3. *The Makuxi*. The majority live in tribal villages and some are dispersed amount the regional people. Due to their relative isolation they have retained throughout many years of contact, some degree of socio-cultural stability, and their process of integration into the national society is slow.

4. *Interethnic relations.* Cattle economy was introduced in the area at the end of the XVIII century, yet only in recent times it became significant to the Makuxí society.

And now they start, as whole, to participate of the national economy through the monetary system. This amounts to the exchange of manual labour, whether farming or mining, for money. On the other hand, subsistence agriculture is still the main tribal occupation.

There is no physical segregation in their daily contact with the "white", but the latter controls the wages for their manual labour, and there is an evident discrimination about the commercial privileges and economic opportunities. Land ownership is also an interethnic problem.

5. *Conclusion.*

BIBLIOGRAFIA CITADA

ARAÚJO CAVALCANTI

- 1949 — À Margem do Relatório de Rice (Ligeiras notas sobre o aproveitamento do vale do rio Branco). *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, vol. III; pp. 139-217. Rio.

COUDREAU, HENRI

- 1887 — *La France Équinoxiale : Études sur Les Guyanes et L'Amazonie*, t. II. Paris.

DINIZ, EDSON SOARES

- 1964 — Os Makuxí e sua instalação na Economia Nacional. *Rev. Educação e Letras*, ns. 1-2, pp. 11-16. Belém.
1965 — Breves Notas sobre o Sistema de Parentesco Makuxí. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia*, n.º 28. Belém.

FARABEE, WILLIAM CURTIS

- 1916 — Amazon Expedition. *Museum Journal* VII; pp. 210-244. University of Pennsylvania. Philadelphia.
1924 — The Central Caribs. *Anthropological Publications* X. University of Pennsylvania. Philadelphia.

REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA

- 1931 — *História do Amazonas*. Manaus.

GILLIN, JOHN

- 1948 — Tribes of the Guianas. *Handbook of South American Indians*, Julian Steward ed., vol. 3; pp. 799-860. Washington, D.C.

IANNI, OCTÁVIO

- 1962 — Raça e Classe. *Rev. Educação e Ciências Sociais*, Ano VII, vol. 10, n.º 19; pp. 88-111. Rio.

KOCH-GRÜNBERG, THEODOR

- 1922 — Die Voelkergruppierung zwischen Rio Branco, Orinoco, Rio Negro, und Yapura. *Festschrift Eduard Seler*; pp. 205-266. Stuttgart.

- 1923 — *Von Roroima zum Orinoco*, III. Stuttgart.

KOCH-GRÜNBERG, THEODOR UND HUBNER, GEORG

- 1908 — Die Makuschi und Wapischána. *Zeitschrift für Ethnologie*, vol. 40; pp. 1-44. Berlin.

MARTIUS, CARL FRIEDRICH PHIL.

- 1867 — Die Macusis. *Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's*
vol. 1; pp. 640-651. Leipzig.

MAYER, ALCUIN

- 1951 — Lendas Macuxis. *Journal de La Société des Américanistes*.
n.s. XL; pp. 67-87. Paris.

MÉTRAUX, ALFRED

- 1948 — The Hunting and Gathering Tribes of the Rio Negro Basin.
Handbook of South American Indians, Julian Steward ed.
vol. 3; pp. 861-867. Washington, D.C.

MORTARA, GIORGIO

- 1944 — A população de fato do Território do Rio Branco nas suas
fronteiras. *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 17, pp. 671-673.
Rio.

MURDOCK, GEORGE PETER

- 1949 — *Social Structure*. The Macmillan Co. New York.

MYERS, IRIS

- 1944 — The Makuschi of British Guiana — A Study in Culture Contact.
*Timehri the Journal of the Royal Agricultural and Commercial
Society of British Guiana*, vol. 26, november; pp. 66-77.
Georgetown.
- 1946 — The Makuschi of British Guiana — A Study in Culture Contact.
*Timehri the Journal of the Royal Agricultural and Commercial
Society of British Guiana*, vol. 27, july; pp. 16-38. Georgetown.

OLIVEIRA, AVELINO IGNÁCIO DE

- 1929 — Bacia do Rio Branco, *Boletim do Serviço Geológico e Mine-
ralógico do Brasil*, n.º 37. Rio.

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

- 1962 — Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil. *América
Latina*, Ano V, n.º 3; pp. 85-90. Rio.

PINEDA, ROBERTO G. Y GUHL, ERNESTO

- 1945 — Las Tribus Entre Los Rios Branco, Orinoco, Rio Negro, Yapu-
ra, segun Theodor Koch-Grunberg. *Boletin de Arqueologia*,
vol. I, tomo II; pp. 171-184. Bogotá, Colombia.

RIBEIRO, DARCY ET ALII

- 1960 — Um Conceito sobre Integração Social. *América Indígena*, vol
20; pp. 1-13. México. *Apud* Textos de Etnologia, Universi-
dade do Brasil (1961); pp. 112-116.

ROTH, WALTER E.

- 1924 — An Introductory Study of the Arts, Crafts and Customs of the Guyana Indians. 38th *Annual Report Bureau of American Ethnology*, 1916-17; pp. 25-745. Washington, D.C.

SCHOMBURGK, RICHARD

- 1841 — *Reisen in Britisch Guiana*, 3 vols. Leipzig.

SCHOMBURGK, ROBERT

- 1841 — Journey from Fort San Joaquim to Roraima and thence by the Rivers Parima and Marewari to Esmeralda, on the Orinoco, in 1938-9. *Journal of Royal Geographical Society*, vol. X: pp. 191-247. London.

STAVENHAGEN, RODOLFO

- 1963 — Clases, Colonialismo y Aculturación — Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica. *América Latina*, Año 6, n.º 4; pp. 63-104. Rio.

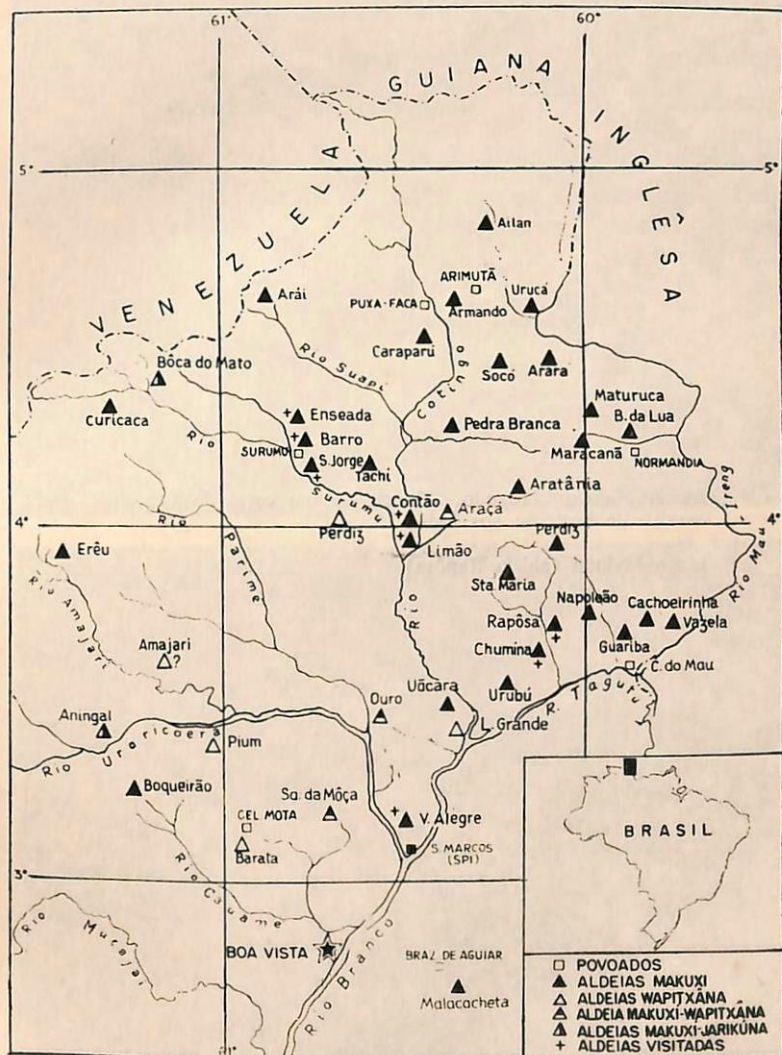
SUCKOW, GUSTAVO

- 1891 — Carta do sr. Gustavo Suckow ao "Jornal do Commercio". *Rev. de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo VII, Anno 1891, 4.º Boletim; pp. 276-280. Rio.

* * *

ENTREGUE PARA PUBLICAÇÃO EM 1/10/65

**Localização dos aldeamentos Makuxí e Wapitxána no Território Federal
de Roraima (Brasil)**



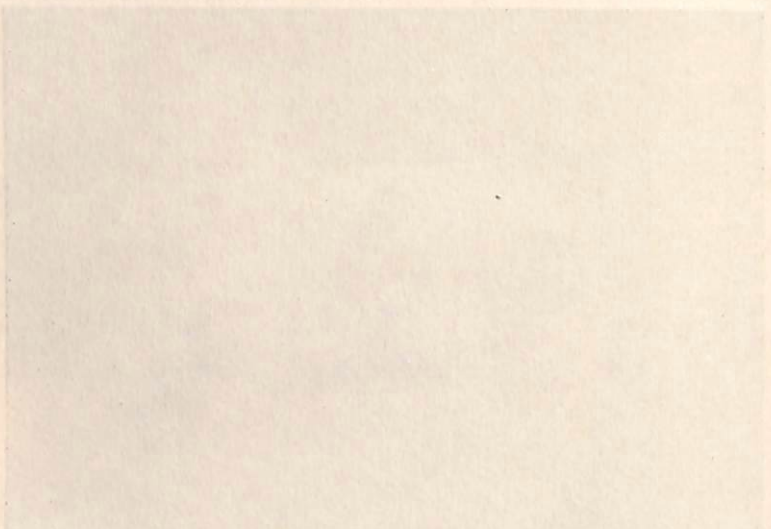
- a) Jovem Makuxí bordando. É cria de um casal de funcionários do Serviço de Proteção aos Índios.
- b) Moça Makuxí (aldeia Rapôsa)

a

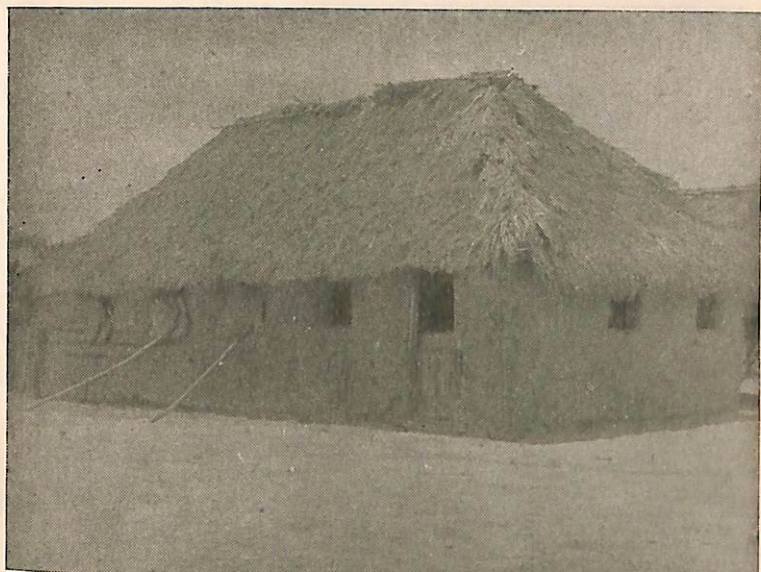


b



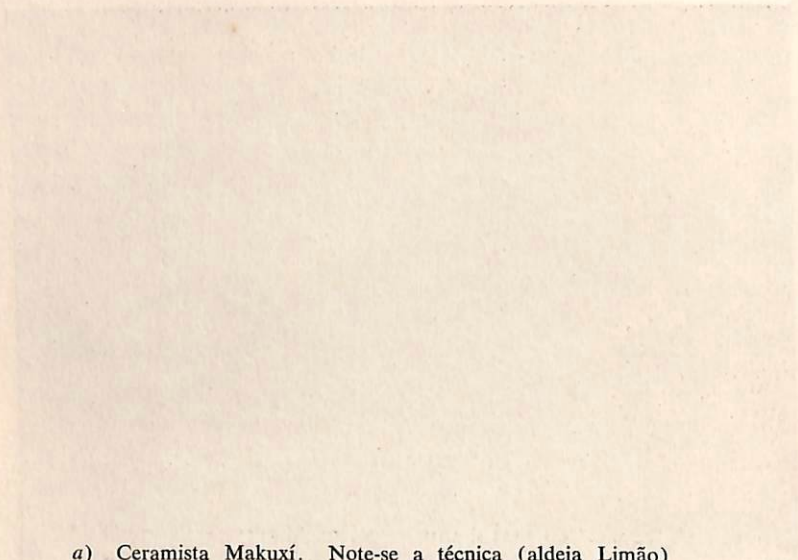
- 
- a)* Casa de vaqueiro, em um "retiro" (região do Surumu-Cotingo)
 - b)* "Esqueleto" de uma casa (aldeia Contão)

a



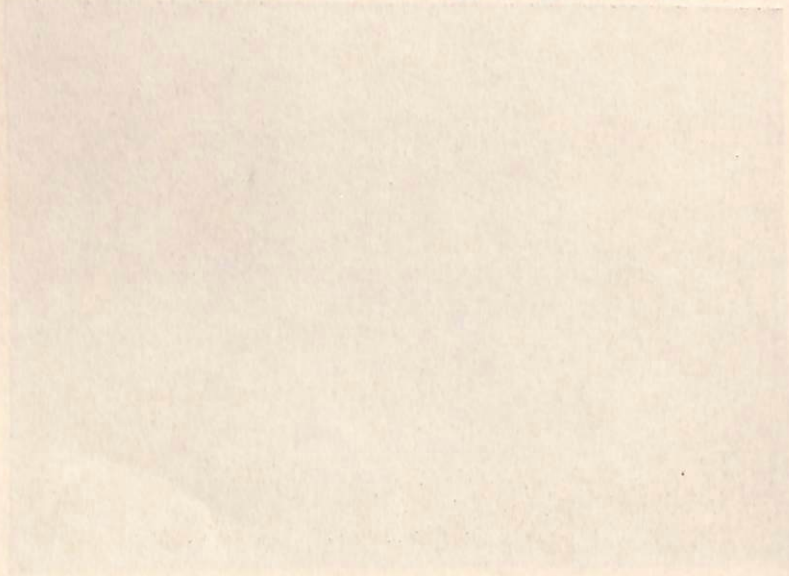
b





a) Ceramista Makuxí. Note-se a técnica (aldeia Limão)

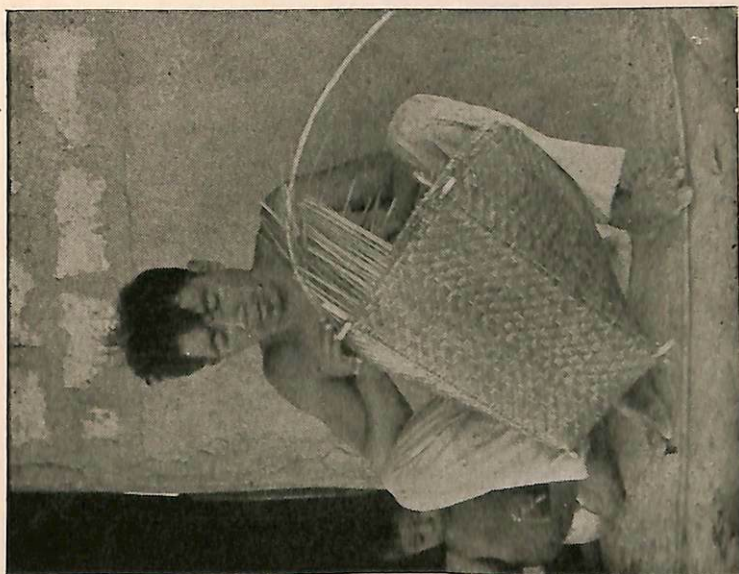
b) Índio Makuxí trançando uma cesta para carga (aldeia Contão)

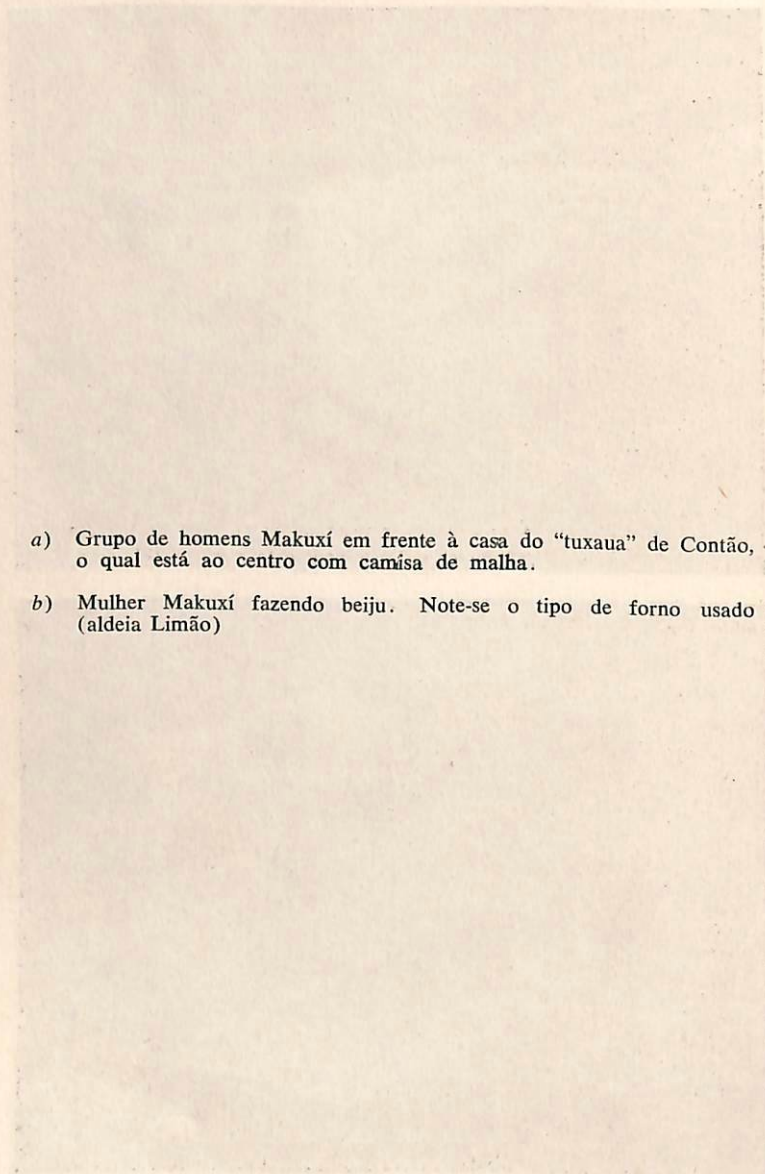


a



b





- a) Grupo de homens Makuxí em frente à casa do "tuxaua" de Contão, o qual está ao centro com camisa de malha.
- b) Mulher Makuxí fazendo beiju. Note-se o tipo de forno usado (aldeia Limão)

a



b



- a) "Tuxaua" de Limão, mostrando orgulhosamente a placa da Lci de 16 de outubro de 1917, do Estado do Amazonas, sôbre a área de terras pertencentes aos Makuxí e Jarikúna.
- b) Pequeno fazendeiro, ex-vaqueiro. Mestiço de pai branco e mãe Makuxí. Foi "cria" de civilizado.

a



b

